

Município da Lourinhã

Divisão de Contratação Pública e Projetos

Aquisição de Bens e Serviços

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

(Nos termos do art.º 115º do Código Contratos Públicos, republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31/08, na sua atual redação)

Procedimento por Ajuste Direto

[Nos termos do art.º 16º, alínea d) do nº 1 do art.º 20º e art.º 112.º a 127.º do Código Contratos Públicos, na sua atual redação]

Aquisição de Equipamentos de Deposição Seletiva de Biorresíduos – “RecolhaBio Lourinhã: Compostar para Todos!”

Procedimento com a referência:

ADG/49/2024

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 11.816,40 Euros

O Vereador, em Regime de Permanência a

tempo inteiro da Câmara, por Despacho da Delegação
de Competências, datada de 12/09/2024.

(João José da Silva Serra, Vereador)

ÍNDICE

Artigo I.	Convite:	3
Artigo II.	Identificação da Entidade Adjudicante:	3
Artigo III.	Órgão que tomou a decisão de contratar:	4
Artigo IV.	Fundamento da Escolha do Procedimento:	4
Artigo V.	Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento:	4
Artigo VI.	Erros e Omissões:	5
Artigo VII.	Proposta:	6
Artigo VIII.	Documentos que integram a proposta e modo de apresentação:	7
Artigo IX.	Valor base:	9
Artigo X.	Critério de adjudicação:	9
Artigo XI.	Análise das Propostas:	9
Artigo XII.	Esclarecimento sobre as propostas:	9
Artigo XIII.	Notificação da decisão de adjudicação:	10
Artigo XIV.	Documentos de habilitação:	11
Artigo XV.	Caução:	12
Artigo XVI.	Aceitação da Minuta do contrato:	13
Artigo XVII.	Celebração do contrato:	13
Artigo XVIII.	Publicitação:	14
Artigo XIX.	Despesas e encargos:	14
Artigo XX.	Peças que constituem o procedimento:	14
Artigo XXI.	Disposições Finais:	14

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA NO ÂMBITO DE AJUSTE DIRETO SOB O REGIME GERAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS.

Artigo I. Convite:

1. O presente convite tem por objeto principal a **contratação de bens móveis – Aquisição de equipamentos de deposição seletiva de biorresíduos (compostores) – “RecolhaBio Lourinha: Compostar para Todos!”**, de acordo com as **especificações técnicas** definidas no **anexo A** na **Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente Caderno de Encargos.
2. O processo, e todas as peças que constituem este procedimento, encontram-se disponíveis na Divisão de Serviços Municipais, Infraestruturas e Frotas – Aquisição de Bens e Serviços, da Câmara Municipal da Lourinhã, localizada na Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, endereço eletrónico: contratacao publica@cm-lourinha.pt, onde pode ser examinado, durante as horas de expediente (das 9h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h), desde a data de envio Convite à apresentação de propostas até ao limite do prazo para entrega das propostas.
3. As peças do procedimento estão, também, disponíveis na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, **AcinGov**, com endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.

Artigo II. Identificação da Entidade Adjudicante:

A entidade pública adjudicante é o Município da Lourinhã com o NIPC 502177101, sito no Edifício Paços do Concelho, Praça José Máximo da Costa, 2534-850 na localidade de Lourinhã, telefone: (+351) 261 410 120/100 e telefax: (+351) 261 410 108, endereço eletrónico: contratacao publica@cm-lourinha.pt e da Lourinhã com o NIPC 502177101, sito no Edifício Paços do Concelho, Praça José Máximo da Costa, (CP 2534-850), Lourinhã, telefone 261410120 / 160 e fax 261410108, e sítio da internet: <http://www.cm-lourinha.pt>.

Artigo III. Órgão que tomou a decisão de contratar:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atualizada, a decisão de contratar e decisão de autorizar a despesa foi proferida pelo Sr. Presidente de Câmara, Eng.º João Duarte de Carvalho, considerando as competências próprias ao abrigo da alínea g) do n.º1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sua redação atualizada e em vigor por força da Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. A decisão de contratar foi proferida na data da assinatura eletrónica qualificada aposta no presente convite.

Artigo IV. Fundamento da Escolha do Procedimento:

Pretende-se, a implementação de um projeto de compostagem doméstica junto dos Municípios residentes no concelho da Lourinhã, com a realização de ações de sensibilização e formação para atribuição de compostores domésticos aos agregados familiares que cumpram os requisitos para instalação do equipamento (habitação com espaço exterior – jardim).

O objetivo será comum aos projetos já implementados, com a separação dos resíduos orgânicos evitando a integração nos resíduos urbanos indiferenciados e consequente recolha e deposição em aterro ou inceneração. Em complemento, a compostagem, resultará num produto natural para fertilização da terra.

Artigo V. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento:

1. O concorrente pode solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos durante o primeiro terço do prazo fixado no número 1 do artigo VI,

através da Plataforma Eletrónica de Contratação, **acinGov**, com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>

2. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e nos prazos previstos no número seguinte;

3. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado;

4. Os esclarecimentos e retificações comunicados ao interessado, são simultaneamente disponibilizados na Plataforma Eletrónica de Contratação, **acinGov**, com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os convidados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desses facto;

5. Os esclarecimentos e as retificações referidas nos números anteriores, fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto no n.º 2 do presente artigo, o prazo fixado para apresentação de propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

7. A decisão de prorrogação do prazo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados.

Artigo VI. Erros e Omissões:

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o convidado pode apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou

- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar, que o interessado não considere exequíveis.
2. Excetuam-se do disposto no número 1 os eventuais erros e omissões, que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.
3. A apresentação da lista referida no número 1 deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados em função da natureza do erro ou omissão, designadamente, memória descritiva com a identificação clara e fundamentada do erro ou omissão;
4. A lista, com a identificação dos erros e das omissões detetados pelo convidado, deve ser disponibilizada e notificada via plataforma de contratação pública, **acinGov**, e junta às peças do procedimento que se encontrem disponíveis para consulta;
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas ou do prazo fixado no número 3 do artigo VII o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificadas pelo concorrente, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites;
6. O órgão competente para a decisão de contratar identifica os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites;
7. A decisão prevista no número anterior é publicitada através da plataforma de contratação pública, acinGov, e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta

Artigo VII. Proposta:

1. O prazo para apresentação da proposta é de **9 (nove) dias** seguidos a contar do dia imediatamente seguinte à data do convite e deverá ser apresentada, através da plataforma eletrónica a uso por este Município com o endereço na internet <http://www.acingov.pt>, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 62.º do CCP, mna sua atual redação.

2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A proposta deve ser apresentada até às **23h59m do 9.º dia** a contar da data do envio do convite, através de plataforma eletrónica a uso por este Município com o endereço na internet <http://www.acingov.pt>.
4. O prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, desde que o pedido do concorrente seja devidamente fundamentado e aceite pelo órgão com competência para a decisão de contratar.

Artigo VIII. Documentos que integram a proposta e modo de apresentação:

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** e assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, conforme documento que se junta, em anexo ao presente convite;
 - b) Lista de preços unitários (em formato PDF e assinada digitalmente), de acordo com o formulário da proposta / candidatura, disponível em **anexo IV** ao presente convite e assinada pelo concorrente (com recurso a assinatura digital qualificada) ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - c) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt).
 - d) Declaração para efeitos de não impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos números 3 a 5 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo e nos n.º 6 do artigo 113.º e/ou no n.º 2 do artigo 114.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conforme modelo constante do **anexo III** ao presente convite.

- e) Subscrever a Declaração de consentimento de Tratamento de Dados Pessoais, conforme modelo previsto no **anexo V** ao presente Convite e que dele faz parte integrante.
2. Todos os documentos que instruem a proposta devem ser assinados eletronicamente através de certificado de assinatura digital qualificada para o efeito, emitida por uma entidade Certificada pela Autoridade Nacional de segurança, de acordo com o disposto no art.º 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto e números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar.
 3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante;
 4. Caso algum dos documentos da proposta não se encontre assinado nos termos do disposto nos pontos anteriores, a proposta será excluída;
 5. Não são admitidos documentos em língua estrangeira a não ser que estejam acompanhados de tradução legalizada.
 6. Não são admitidas propostas variantes e os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluir o IVA.
 7. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
 8. Se na proposta forem indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
 9. O prazo de validade das propostas é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
 10. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação, sendo a adjudicação feita segundo o critério do mais baixo preço.

Artigo IX. Valor base:

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base do presente procedimento, como parâmetro base do preço contratual, é fixado em **11.816,40€** (onze mil oitocentos e dezasseis euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor.
2. O valor base tem por referência o resultado da consulta preliminar de mercado, efetuada conforme previsto no artigo 35.º-A do CCP, na sua atual redação.

9

Artigo X. Critério de adjudicação:

O critério de adjudicação a aplicar será o Monofator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspecto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP na sua atual redação.

Artigo XI. Análise das Propostas:

O serviço requisitante analisa a proposta para efeitos de adjudicação tendo em consideração o critério de adjudicação referido no artigo anterior do presente convite.

Artigo XII. Esclarecimento sobre as propostas:

1. O concorrente obriga-se a prestar, em relação à sua proposta e a toda a documentação que a instrua, os esclarecimentos que os serviços da entidade adjudicante, que analisam e avaliam as propostas considerem necessários à avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, na sua atual redação.

3. Os serviços da entidade adjudicante, que analisam e avaliam as propostas solicitarão aos concorrentes, para que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, nomeadamente a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. Os serviços da entidade adjudicante, que analisam e avaliam as propostas procederão à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Todos os esclarecimentos prestados serão publicitados na plataforma eletrónica, AcinGov, utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.

Artigo XIII. Notificação da decisão de adjudicação:

a) Notificação da escolha do adjudicatário

O órgão competente para a decisão de contratar notificará todos os concorrentes da decisão de adjudicação, acompanhado do relatório final de análise das propostas ou da decisão de não adjudicação e respetivos fundamentos;

Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:

- i. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto do artigo XV do presente convite.

b) Anulação da adjudicação

A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário, não entregue a documentação (Documentos de habilitação) que lhe seja exigida.

c) Causas de não adjudicação

Não há lugar à adjudicação quando:

- i. Nenhum concorrente haja apresentado proposta;

- ii. Todas as propostas tenham sido excluídas;
- iii. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
- iv. Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
- v. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo XIV. Documentos de habilitação:

1. O prazo de apresentação dos documentos de habilitação é de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de notificação de adjudicação na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço <http://www.acingov.pt>.
2. Sempre que se verifiquem irregularidades na apresentação dos documentos de habilitação que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **2 (dois) dias úteis** se pronunciar, por escrito, relativamente ao qual o facto ocorreu, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP, na sua atual redação;
3. Em função das razões invocadas e caso tais irregularidades se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, deverá o mesmo suprimir as irregularidades detetadas no prazo de **2 (dois) dias úteis**, sob pena de caducidade da adjudicação, conforme disposto no n.º 3 do citado artigo 86.º do CCP, na sua atual redação.
4. **O adjudicatário tem de apresentar os seguintes documentos de habilitação:**
 - a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do **anexo II** do presente convite (declaração de não impedimento);
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam

nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a **impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.

5. Para efeitos da outorga do contrato deverá, ainda, indicar os seguintes dados ou reprodução (se optar por esta ultima, o envio das cópias dos documento de identificação, pressupõe a autorização expressa do (s) visado (s), terão de ser assinadas e datadas nas cópias, referindo o fim a que as mesmas se destinam, Portaria n.º 287/2017, que concretiza alterações à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro):

- a) Numero de identificação do Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade e sua validade e Número de Contribuinte da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato;
- b) Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva;
- c) Ata ou Procuração com poderes para o ato, caso se aplique;
- d) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt).

Artigo XV. Caução:

Não é exigível a prestação de caução nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua actual redacção.

Artigo XVI. Aceitação da Minuta do contrato

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatario quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias subsequentes á respetiva notificação, nos termos do artigo 101.º do CCP, na sua atual redação. .
2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou a recusa dos ajustamentos propostos.
3. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatario da sua decisão, equivalendo o silencio á rejeição da reclamação.
4. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatario não fazem parte integrante do contrato.
5. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatario quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias subsequentes á respetiva notificação, nos termos do artigo 101.º do CCP, na sua atual redação. .
6. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou a recusa dos ajustamentos propostos.
7. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatario da sua decisão, equivalendo o silencio á rejeição da reclamação.
8. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatario não fazem parte integrante do contrato.

Artigo XVII. Celebração do contrato:

1. A celebração do contrato escrito é exigível, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

2. Do presente procedimento será celebrado contrato escrito em suporte digital e a outorga do contrato é realizada eletronicamente através do endereço de correio eletrónico referido no **artigo II** do presente **convite**.
3. A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data e hora em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo XVIII. Publicitação:

O presente procedimento, Ajuste Direto em regime geral, está sujeito a publicitação, em conformidade com o disposto no artigo 127.º do CCP, na sua atual redação, no portal dos contratos publicos, www.base.gov.pt.

Artigo XIX. Despesas e encargos:

São encargos dos concorrentes, as despesas inerentes ao procedimento, em particular, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo XX. Peças que constituem o procedimento:

Fazem parte integrante do presente procedimento as seguintes peças:

- a) O presente convite;
- b) O caderno de encargos Cláusulas Jurídicas Gerais e Cláusulas / Especificações Técnicas.

Artigo XXI. Disposições Finais:

1. Assunção de compromisso

A adjudicação está dependente da verificação da conformidade legal da despesa, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, e legislação conexa, que aprova as regras

aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas e demais normas exigidas por lei.

2. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação e demais legislação aplicável.

ANEXOS

Todos os anexos estarão disponibilizados em ficheiro Microsoft Word, carregado na plataforma eletrónica, acinGov, para que possam ser devidamente preenchidos e assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar.
